



**FCTC**  
WHO FRAMEWORK CONVENTION  
ON TOBACCO CONTROL

Informativo da CONICQ

**Nº 01 – JAN/FEV 2018**

## **DESTAQUES**

### **Doenças cardiovasculares é o tema do Dia Mundial sem Tabaco 2018**

A OMS anunciou em janeiro as doenças cardíacas como tema do Dia Mundial sem Tabaco 2018. Segundo a agência da ONU, a ligação entre tabaco e coração e outras doenças cardiovasculares (DCV), incluindo acidentes vasculares cerebrais são as principais causas de morte do mundo.

A OMS esclareceu, em sua página, que o uso do tabaco e a exposição ao fumo passivo contribuem para aproximadamente 12% de todas as mortes por doenças cardíacas. O uso do tabaco é a segunda causa principal de DCV, após pressão arterial elevada.

A agência ainda argumentou que as medidas da MPOWER (Plano de Medidas para Reverter a Epidemia do Tabagismo, em português) estão em conformidade com a CQCT, e podem ser usadas pelos governos para reduzir o uso do tabaco e proteger as pessoas das Doenças Não Transmissíveis.

As medidas propostas incluem monitorar políticas de uso e prevenção de tabaco, proteger as pessoas contra a exposição ao fumo do tabaco criando espaços públicos, locais de trabalho e transportes públicos livres de tabaco. Outras ações seriam o apoio para a cessação tabágica através de aconselhamento por parte de prestadores de cuidados de saúde.

Além de advertências gráficas, embalagens padronizadas e implementação de campanhas na mídia que informe o público sobre o uso de tabaco e a exposição ao fumo de segunda mão.

Fonte: WHO – Edição: SE-Conicq

<http://www.who.int/mediacentre/events/2018/world-no-tobacco-day/en/>

## **BRASIL**

### **STF veta aditivo nos cigarros, mas indústria pode recorrer em tribunais inferiores**

Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello votaram contra a Resolução da Anvisa

Após cinco anos de espera, o STF, em julgamento histórico para o avanço do controle do tabagismo no Brasil e da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, manteve a resolução da Anvisa que proíbe aditivos de sabor e aroma em cigarros. Mas abriu brecha para a indústria tabagista buscar apoio em instâncias inferiores. O tema dividiu o plenário da Corte, com cinco ministros se posicionando a favor da resolução e outros cinco, contra.

O ministro Luís Roberto Barroso se declarou impedido e não votou. Em meio ao impasse, a Corte manteve na prática os dispositivos da Anvisa, por não haver os seis votos necessários para derrubar a norma - mínimo de votos exigido na legislação para declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo do poder público.

O julgamento, iniciado em novembro, girou em torno de uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) contra a resolução da Anvisa. No centro do debate, estava a discussão sobre os limites de atuação de agências.

Para a relatora do caso, ministra Rosa Weber, a Anvisa atuou “em conformidade com os limites constitucionais e legais das suas prerrogativas”, disse.

Contra a resolução da Anvisa votaram os ministros Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, que chegou a utilizar argumentos do Sindicato da Indústria do Tabaco.

Ao abrir a divergência, Moraes alegou que houve desrespeito ao princípio da legalidade, já que a Anvisa teria extrapolado suas competências. “Não houve delegação (*pela lei*) para que a Anvisa pudesse escolher uma espécie de produto e falasse: ‘Essa está vedada’.”

Fonte: Estado de São Paulo – Edição: SE-Conicq

<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,stf-mantem-proibicao-de-aditivos-de-sabor-e-aroma-em-cigarros,70002174531>

### **Projeto destina ao Fundo Nacional de Saúde recursos de impostos sobre medicamentos e tabaco**

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei do Senado que destina ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) o dinheiro arrecadado com impostos sobre medicamentos e produtos derivados de tabaco.

O projeto (PL 9214/17) vincula ao FNS a arrecadação de quatro tributos incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ). O texto insere dispositivos na Lei Orgânica da Saúde (8.080/90).

O FNS financia despesas do Ministério da Saúde e também é repassado aos estados e municípios para custear investimentos e ações ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autor da proposta, o senador Otto Alencar (PSD-BA) destaca que estudo da Aliança de Controle do Tabagismo mostra que o tratamento de pacientes com doenças relacionadas ao tabaco consumiu R\$ 21 bilhões do orçamento da Saúde em 2011, ao passo que a arrecadação do IPI-Fumo representou apenas R\$ 3,7 bilhões nesse mesmo ano.

A proposta será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, será votada pelo Plenário.

**Fonte: Câmara dos Deputados**

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/SAUDE/551856-PROJETO-DESTINA-AO-FUNDO-NACIONAL-DE-SAUDE-RECURSOS-DE-IMPOSTOS-SOBRE-MEDICAMENTOS-E-TABACO.html>

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO**

### **Corte no orçamento da SEAD põe em risco programa de diversificação do tabaco**

O corte no orçamento da Secretaria Especial de Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário, SEAD, vinculada à Casa Civil, que chegou a 43,4% dos recursos em 2018, vem colocando em risco a continuidade do Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco.

O programa foi criado em 2005 para que a CQCT fosse aprovada no Senado, onde tramitava.

Em dezembro, entrevistado pelo Jornal Zero Hora, o Coordenador da assessoria internacional da SEAD, Hur-Bem Correia, declarou que o Edital para ATER seria publicado no início do ano.

Para Marcos Rochinski, coordenador geral da CONTRAF BRASIL, a produção de alimento fica afetada.

"Quem é que vai produzir alimento para a população, considerando que 70% dos alimentos da mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades? Se a reforma agrária e a agricultura familiar não tiverem mais as políticas públicas de apoio e fortalecimento, onde é que iremos buscar alimento para colocar no prato do trabalhador?", declarou.

**Fonte: Contraf – Edição: SE-Conicq**

<http://contrafbrasil.org.br/noticias/corte-no-orcamento-de-2018-deixa-reforma-agraria-por-um-fio-dd6c/>

## INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

### Afubra desaprova decisão do STF sobre cigarros aditivados

Em entrevista a Rádio Afubra no dia três de fevereiro, o Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Romeu Schneider, criticou a votação do STF que aprovou a Resolução da Anvisa que proíbe a adição de aditivos na fabricação de cigarros.

Schneider questionou o modelo de votação adotado pela corte brasileira em comparação com outras organizações.

“o mais interessante em qualquer votação que existe o Presidente só vota para fazer o desempate, e não para empatar, como foi o caso da votação do STF. Isso é muito estranho. Deve ter uma regra diferente no STF do que em qualquer outra instituição”.

Quanto a proibição, Schneider entende que a proibição atinge diretamente o tabaco tipo Burley, o que fará avançar ainda mais os cigarros contrabandeados.

“Temos um caminho aberto que vai chegar tranquilamente, em poucos anos, a 80%” declarou.

O Presidente da Câmara Setorial do Tabaco afirmou ainda que a resolução da Anvisa não afeta as exportações de tabaco, cerca de 87%, mas irá impactar o mercado interno, estimado em 15%.

Para Schneider o “consumidor quer um cigarro com aditivos, aquele que ele está habituado a fumar, e não uma coisa diferente (...) Ele terá que se reabilitar a um cigarro”.

Outro assunto levantado na entrevista foi o anúncio da Philip Morris de não mais fabricar cigarros na Europa. O anúncio foi interpretado pelo dirigente como uma tentativa de introduzir o cigarro aquecido no mercado global.

“a indústria está tentando abrir um mercado cada vez maior para a novidade que eles lançaram, o cigarro que aquece mas não queima (...) No Japão, 30% do mercado já utiliza este cigarro aquecido (...) A novidade é mais interessante para as pessoas que se preocupam com a saúde.”, finalizou.

Fonte: Rádio Afubra – Edição: SE-Conicq

<https://afubra.com.br/noticias/10786/programa-da-afubra-dia-03-de-fevereiro-de-2018.html>

**Fórum reúne produtores e indústria, mas não resolve preço da safra de tabaco**  
Indústria se mantém soberana sobre os preços

O Fórum Nacional de Integração do Tabaco, Foniagro, espaço de debate permanente criado pela Lei 13.288/16 para resolver impasses entre produtores integrados e

indústria não conseguiu resolver o antigo problema do preço do tabaco. A regulação não surtiu efeito para os chamados integradores que permanecem soberanos sobre o valor da produção. A Associação dos Plantadores de fumo, atual Afubra, foi fundada em meados da década de 1950 para fortalecer os produtores frente à indústria.

Em fins de 2016, com apoio dos deputados Covatti Filho (PP-RS), Valdir Colatto (PMDB-SC), e Bohn Gass (PT-RS), junto com o SindiTabaco, a lei foi comemorada por estabelecer diretrizes e responsabilidades para os produtores integrados e indústria, além de instituir mecanismos de transparência na relação contratual.

As últimas reuniões realizadas nos dois últimos meses de 2017 fracassaram. As negociações voltaram em janeiro na sede da Afubra reunindo a comissão interestadual dos produtores, formada por membros da Afubra e das federações dos sindicatos rurais (Farsul, Faesc e Faep) e dos trabalhadores rurais (Fetag, Fetaesc e Fetaep) com representantes da indústria.

Cinco empresas compareceram das quais apenas a Souza Cruz assinou um protocolo que garante aumento de 2,2%, além da compra de toda produção contratada e pagamento até o quarto dia útil, subsequente à comercialização.

Fonte: Afubra – Edição: SE-Conicq

<https://afubra.com.br/noticias/10784/negociacao-do-preco-do-tabaco-registra-avanco.html>

## **TABACO ILÍCITO**

### **Togo ratifica Protocolo do Comércio Ilícito e Benin autoriza ratificação No Brasil, tratado aguarda assinatura presidencial**

O Secretariado da CQCT anunciou Togo é o 35º país a ratificar o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco (o Protocolo).

Se o 40º instrumento for depositado até o dia 2 de julho de 2018, a primeira sessão da Reunião das Partes do Protocolo (MOP1) será convocada de 8 a 10 de outubro de 2018, após a Conferência das Partes.

Os países que ratificaram o Protocolo terão permissão para participar da MOP1 com todos os direitos, enquanto as Partes que não o fizeram só poderão participar como observadores.

O governo de Benin anunciou, através de um comunicado, que o país ratificará o Protocolo nos próximos dias.

“A ratificação, pelo Benim, contribuirá para melhorar a proteção da saúde das nossas populações e permitirá reprimir, de forma mais eficaz, o tráfico ilícito destes produtos”, sublinha o texto.

O Conselho de Ministros aprovou decreto encaminhado à Assembleia Nacional, autorizando a ratificação. Benim ratificou a CQCT em Novembro de 2004.

Fonte: Angola Press – Edição: SE-Conicq

[http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/africa/2018/0/3/Benin-Governo-vai-ratificar-protocolo-contracomercio-ilicito-tabaco,90afadc0-6c36-4792-b457-4dbabcfdb24b.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2018/0/3/Benin-Governo-vai-ratificar-protocolo-contracomercio-ilicito-tabaco,90afadc0-6c36-4792-b457-4dbabcfdb24b.html)

## **DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE FUMAR**

**EUA define que tabaco aquecido ainda é incapaz de se provar mais saudável do que cigarros**

**FDA impede comercialização e retém avanço do dispositivo nos EUA**

De acordo com a Reuters, a Food and Drug Administration, FDA, a poderosa agência federal de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, não ficou convencida com os argumentos da Philip Morris que defende que este produto é mais saudável do que o cigarro tradicional.

A negativa da FDA impedindo a Philip Morris de comercializar o produto nos Estados Unidos impede os planos da multinacional que previa que em 2025, 30% da sua produção fosse de produtos como o IQOS.

A tabaqueira prometia a mesma quantidade de nicotina que um cigarro com apenas 10% das toxinas que derivam do fumo. Ainda assim, os estudos realizados parecem não convencer a (FDA).

**Desde 2016, 70 mil portugueses trocaram cigarros pelo dispositivo eletrônico**

Há dois anos, em Portugal, o dispositivo de tabaco aquecido, IQOS, da Philip Morris, foi autorizado a ser comercializado, com anúncio de que teria menos 90% de produtos nocivos.

Em dezembro de 2017, o presidente da Confederação Portuguesa para a Prevenção do Tabagismo, Emanuel Esteves, alertou para os perigos inerentes a estes novos produtos de tabaco.

"Tem de haver cuidado em marcar claramente aquilo que é menos prejudicial e o que é inofensivo. Haver redução das substâncias cancerígenas não é eliminar essas substâncias", declarou.

Respondendo as declarações de Esteves, a Philip Morris defendeu seu produto como menos nocivo do que os cigarros tradicionais.

"É fundamental que os dois milhões de adultos que, entre nós, continuam a fumar saibam que da Alemanha aos Estados Unidos, que da Rússia ao Reino Unido, instituições científicas independentes e confiáveis avaliaram os novos produtos de tabaco e nicotina sem combustão, como o de tabaco aquecido" (...) "todos os

resultados até dezembro de 2017 divulgados apontam que estes novos produtos, não sendo inócuos, são melhores escolhas que os cigarros".

Em alguns países as pesquisas sobre os efeitos do tabaco aquecido em tabagistas estão se aproximando de uma conclusão definitiva, o que determinará o futuro comercial do dispositivo.

Fonte: Notícias ao minuto – Edição: SE-Conicq

<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/949744/tabaco-aquecido-incapaz-de-se-provar-mais-saudavel-do-que-cigarros>

## MUNDO SEM TABACO

### Centro australiano conclui que fundação da PMI não é independente

O diretor Centro de Direito e Câncer, instalado em Melbourne, na Austrália, Jonathan Liberman, polemizou com a Fundação para um mundo sem tabaco, e seu principal executivo e ex-diretor da OMS, Derek Yach, ao mostrar através da leitura do estatuto de criação que a instituição criada pela PMI terá sérias limitações para implementar sua missão: a da extinção do tabagismo com o uso de tabaco tradicional.

O centro da polêmica foi o artigo de Yach "Construindo uma Fundação para acelerar o fim do tabagismo" publicado no dia 23 de janeiro no blog da JBM, onde defendeu sua Fundação.

Yach escreveu o artigo em resposta as críticas de organizações da sociedade civil como a Tobacco Free Kids, e do Secretariado da CQCT, e mais recentemente com o anúncio comunicado por 17 diretores de escolas de saúde pública de que suas escolas não aceitam financiamento ou trabalhar com a Fundação da PMI.

Segundo Liberman, o argumento central de Yach é provar a "independência" da Fundação, já que ela foi criada após um longo período de discussão com a Philip Morris, incluindo, um compromisso de financiamento por 12 anos de quase US\$ 1 bilhão com promessas anuais de US\$ 80 milhões entre janeiro de 2018 a julho de 2029. O acordo foi assinado em 9 de janeiro, vários meses após o anúncio da criação da Fundação.

Para Liberman, as contradições da defesa da independência da Fundação pode ser demonstrada examinando os propósitos da fundação, como ela surgiu, a forma como opera, os tipos de acordos com terceiros, e os fatores financeiros e outros relevantes para sua tomada de decisão.

Liberman chama a atenção para a finalidade da Fundação em "acabar com o tabagismo", sem informar como conseguirá, se através do uso de produtos "alternativos" ou de "redução de danos", e que caso as organizações aceitassem os recursos da Fundação haveria uma mudança significativa no campo da pesquisa e prática de controle do tabaco, o que beneficiaria a Philip Morris.

E, por fim, Liberman, ainda com base no estatuto cobra maior transparência - que é fundamentalmente permitir uma compreensão genuína e informada sobre o que está acontecendo, por quais razões e em benefício de quem – e não deve ser confundida com a publicidade.

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

**Expediente:**

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA